



## **TERCEIRA IDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL**

### *THIRD AGE: A SOCIAL CONSTRUCTION*

**Esmeraldina COSTA VELOSO**  
Universidade do Minho, Portugal

*Data de recepción: 12/02/2008*  
*Data de aceptación: 19/06/2009*

#### **RESUMO**

O nosso trabalho situa-se na esfera da Sociologia da Educação e das Políticas da Terceira Idade. Investigar sociologicamente o surgimento das Universidades da Terceira Idade, enquanto contexto educativo específico para adultos idosos, é também problematizar o próprio conceito de terceira idade, se tivermos em conta que este traduz uma ruptura com o conceito de velhice e que a cada um destes termos, velhice e terceira idade, estão subentendidas uma imagem de velhice e uma forma diferentes de a tratar. Assim, consideramos pertinente e fundamental proceder a uma problematização sociológica deste conceito convocando diferentes autores, sendo que, entre muitos, destacamos Fernandes (1997), Guillemard (1980,1986) e Lenoir (1979), por terem analisado especificamente os processos sociais que conduziram à emergência da terceira idade, salientando como se passou de

uma *velhice invisível* para uma *velhice identificada*, para a qual surgiram políticas sociais específicas, pressupondo formas diferentes entre si de ver e de gerir a velhice.

**PALAVRAS CHAVE:** Terceira idade, universidades para a terceira idade, política para a terceira idade.

#### **ABSTRACT**

The present work is placed within the realm of Sociology of Education and related Third Age Policies. The sociological investigation of the birth of the Universities of the Third Age, within the specific framework of the education of the elderly, involves the investigation of problematic of the concept of Third Age itself, taking into account that this problematic translates into a rupture with the concept of elderly and the way is dealt with as well as other

---

Endereço:

Universidade do Minho, Instituto da Educação e Psicologia, Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Email: eveloso@iep.uminho.pt

dependant concepts such as old age and third age. Therefore, we find relevant and fundamental to research the sociological problematic of this concept by studying different authors. Authors such as Fernandes (1997), Guillemard (1980, 1986) and Lenoir (1979) will be studied as they analysed specifically the social processes that gave rise to the birth of the Third Age concept, in particular the transition process from *an invisible old age* to *an identified old age*, from which new and specific social policies were born along with their different views on management of old age.

**KEY WORDS:** Third Age, Third Age Universities, Third Age policies

## INTRODUÇÃO

Em 1999, ao iniciarmos a nossa investigação sobre a temática mais global de educação e terceira idade, e em particular sobre uma Universidade da Terceira Idade em Portugal, surgiu a necessidade de problematizarmos o termo *terceira idade*. Aliás, também fomos constatando que, no dia a dia, somos confrontados com esta expressão terceira idade, revestindo-se de vários modos e constando em documentos de diferente natureza, designadamente de índole legal, informativa ou científica. Para além disto, também é muito comum usar-se indistintamente os termos de terceira idade e de velhice, sem se ter em conta os diferentes significados a que cada um deles pode remeter.

As Universidades da Terceira Idade tiveram a sua origem na iniciativa de Pierre Vellas, professor de Direito Internacional, na Universidade de Toulouse, em 1973. É interessante contextualizá-las política e socialmente em França, pois este país tinha assistido, no início da década de 60 do século XX, a uma mudança radical na forma de perceber e de

tratar a velhice. Foi a partir do Relatório Laroque que teve início a implantação de uma política para a terceira idade, que preconizava a manutenção dos idosos no seu domicílio, defendendo uma vida activa, intelectual e fisicamente falando. No âmbito desta política surgiram diferentes equipamentos e serviços de apoio aos mais velhos, como os Centros de Dia, os Centros de Convívio, o Apoio Domiciliário e também se criaram condições para a emergência das Universidades da Terceira Idade. Esta nova política especificamente dirigida para a população mais idosa contrastava com a situação anterior em que reinava a ausência ou uma deficiente protecção social, quer para a população em geral, quer para a velhice em particular. Entre o século XIX, em que surgiu uma nova categoria social, o proletariado, e meados do século XX, em que foram generalizados os sistemas de reforma, a velhice é um assunto da esfera privada, isto é, para quem tem possibilidades económicas e familiares para sobreviver. Quem não tem meios de sobrevivência, sem outra solução possível, entra no grupo dos excluídos sociais, cuja resposta do Estado Liberal é o asilo ou a licença para mendigar (Velo, 2007).

Assim, problematizar o conceito de terceira idade é também compreender sociologicamente processos sociais que mudaram a forma de perceber e tratar a velhice, e de onde também emergiram políticas específicas para este grupo etário, assim como actividades educativas, tenham elas lugar em Universidades da Terceira Idade, seja noutros contextos educativos.

## PROBLEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DE “TERCEIRA IDADE”

Um dos obstáculos<sup>1</sup> à necessária ruptura com esta representação social preexistente reside no facto de a terceira idade, que se

---

<sup>1</sup> A este respeito, Sedas Nunes explicou “Quer o «senso comum», quer as «ideologias» justificadoras de interesses de grupo, tendem frequentemente a descrever e a interpretar o social em termos não sociais, dificultando desse modo

encontra associada à velhice, ser perspectivada como uma categoria “natural”, pois é definida em função da idade e do envelhecimento biológico. Um dos critérios utilizados para se classificar os indivíduos no espaço social é a idade. Estes critérios “naturais” são manipulações sociais de certas características biológicas, físicas, e, portanto, são resultado de um *trabalho social* e não são uma característica inata nem uma propriedade que confira uma existência *natural* (Lenoir, 1996). Pelo facto de problematizarmos e também rejeitarmos o critério *idade* como o fundamento biológico, logo *natural*, para definir o conceito *terceira idade*, não significa que neguemos o envelhecimento biológico, com todas as transformações que acarreta, ou que os factores biológicos não sejam relevantes. Como defendeu Sedas Nunes (1981),

O que está em causa não é, pois, negar a relevância dos factores não sociais, mas afirmar, que para as ciências sociais, o que importa é construir explicações do social que, embora levando em conta e integrando os efeitos de tais factores ao nível do social, não deixem por isso de ser «explicações sociais» - explicações que inclusivamente permitam interpretar as formas que os elementos físicos, biológicos e psicológicos adquirem e os modos como actuam quando absorvidos e transformados pelo social. (p.13)

Tendo em conta a problematização da idade como critério “natural” de classificação dos indivíduos, o objecto da Sociologia da Velhice não deve ser uma “população definida no essencial pela idade legal ou pelo estado de envelhecimento biológico”, mas deve consistir em “descrever o processo através do qual os

indivíduos são designados como tal” (como idosos) (Lenoir, 1996, p. 64). Não deve ser tarefa do sociólogo fixar a idade a partir da qual se deve ser reformado, mas antes analisar e problematizar o processo através do qual se passa a estar incluído na categoria da terceira idade.

O sociólogo depara-se com categorias já construídas socialmente sendo-lhe necessário analisar/desmontar essas construções já existentes, assim como se confronta com definições institucionais. No caso da Sociologia da Velhice, esta trabalhava o objecto de estudo – velhice enquanto problema social –, descuidando problematizar essa categoria social e o processo pelo qual a velhice se instituiu como problema social. Neste sentido, Lenoir (1996) considerou que: “A «Sociologia da Velhice» resulta assim de uma divisão não científica da sociologia e constituiu-se devido ao aparecimento de um problema social” (p. 68).

A velhice nem sempre foi vista e tratada da mesma forma. Hoje em dia, expressões como *terceira idade e velhice* são utilizadas indiferentemente, sem nos apercebermos, muitas vezes, do que cada uma implica, que processos e construções sociais conduziram a essas expressões e que representações de velhice estão subentendidas em cada uma delas.

Uma das grandes alterações que contribuiu para mudar a forma de perspectivar a velhice e de a tratar foi a constituição e a generalização dos sistemas de reforma. Uma das consequências que originou essa generalização dos sistemas de reforma foi a alteração da imagem da velhice, passando a velhice a estar mais associada à reforma e desligando-se da ideia de incapacidade para trabalhar, sendo antes

---

o acesso à «explicação do social pelo social»” (Sedas Nunes, 1981, p. 9). Quer a descrição, quer a interpretação do social em termos não sociais, podem adquirir várias formas, sendo a mais comum, a “«naturalista»”. Esta forma “«naturalista»” caracteriza-se por descrever e analisar o social com base em “factores ditos «naturais» (real ou supostamente «inerentes à natureza humana» ou inerentes à «natureza» de um povo, de uma área geográfica, de uma raça de cada um dos sexos, etc.” (Nunes, 1981, p. 9). Esta forma de explicação do real, ao enfatizar o aspecto “«natural»”, tem como consequência inviabilizar qualquer tentativa de investigação no âmbito no âmbito das ciências sociais, visto essa realidade ter sido explicada com base em causas naturais.

entendida como uma “inatividade pensionada”, ou seja, a generalização dos sistemas de reforma contribuiu para que todas as pessoas, a partir de uma determinada idade, ficassem *dispensadas* de trabalhar, independentemente da sua capacidade para realizar trabalho. A situação de reforma, ao passar a ser uma situação comum a um determinado grupo etário, conferiu-lhe identidade e tornou-o identificável (Guillemard, 1980). Portanto, a reforma passou a funcionar como um mecanismo social que permite sair do mundo “activo”, não porque já não se tem capacidade para trabalhar, mas por normas ou critérios formais. Em resumo, começou a ser estabelecida uma idade a partir da qual, e independentemente da vontade do trabalhador, se fica dispensado de trabalhar, mesmo que essa idade varie de acordo com a profissão e com a posição hierárquica que ocupe dentro da profissão e varie também em função da posição social.

Numa análise sociológica da reforma, esta pode ser considerada uma instituição social que assegura uma pensão de velhice e, enquanto tal, origina várias consequências, tais como efeitos ao nível da estruturação do ciclo da vida (Guillemard, 1986, 2003). Uma consequência da reforma, enquanto instituição social, foi a estruturação do ciclo da vida em três etapas principais, desempenhando o trabalho o papel central na definição do conteúdo social da vida adulta. Assim, os sistemas de reforma contribuíram para a construção de um percurso ternário das idades, no qual a idade adulta activa é precedida pela juventude que se encontra em fase de preparação para o trabalho, sendo aquela finalizada pela passagem à velhice, a última fase da vida, e que se encontra associada à inatividade. Uma outra consequência derivada, e a par com outras políticas como a da educação, foi a ênfase nos critérios cronológicos para demarcar as transições de uma fase para a outra do curso da vida. Existe uma idade mínima para acabar a escolaridade e uma idade para se retirar do mercado do trabalho, marcando a saída da idade adulta e a entrada na velhice. Um outro efeito da institu-

cionalização da reforma decorre da segunda consequência que já focámos, ou seja, a ênfase na *cronologização* (chronologisation) do ciclo da vida num compasso ternário que originou a sua normalização. Passou, então, a existir uma previsibilidade na passagem de uma fase da vida para outra fase, pois a idade passou a ser um critério de passagem, abrangendo todas as pessoas, por conseguinte, um critério homogéneo e universal. Registou-se, assim, uma normalização na idade da passagem à reforma, deixando de se registar uma variedade nas idades de saída do mercado de trabalho. Este modelo de reforma, que se registou pela primeira vez em relação aos assalariados, passou a ser considerado como o padrão, a norma de reforma para os não assalariados. A criação dos sistemas de reforma contribuiu para originar uma alteração nos estatutos sociais, passou-se de uma sociedade na qual os estatutos eram transmitidos para uma sociedade de estatutos adquiridos, significando que a segurança já não se baseia mais na propriedade, ou no estatuto da família, mas no trabalho. Neste contexto, foi dada prioridade ao indivíduo, ou seja, as reformas valorizaram o indivíduo como a unidade da base da vida social. Por conseguinte, o indivíduo passou a ter um futuro independente da família, um futuro próprio.

Por outro lado, os sistemas de reforma concorreram para a constituição de uma ordem social nova que correspondia às exigências da sociedade industrial que emergia. Os sistemas de reforma passaram a desempenhar um papel de socialização e de controlo na institucionalização do percurso das idades. Assim, a velhice passa a ser representada como homogénea, como um “mundo unificado” que é um produto da institucionalização da reforma. Dito de outro modo, a velhice, segundo Guillemard (1980), passa a ser uma “velhice identificada”, por uma situação comum, a de reformado, e por um estilo de vida.

Desde a revolução industrial, no século XIX, até meados do século XX, a velhice era

associada à incapacidade para o trabalho e à pobreza, sendo portanto incluída na categoria dos indigentes, cujo apoio se resumia às instituições de beneficência. Os idosos de classes sociais mais favorecidas eram apoiados na esfera doméstica. Assim, não existia a velhice como categoria social autónoma nem uma intervenção pública dirigida especificamente à velhice, estando perante o que Guillemard (1980) designou de uma *velhice invisível*. Através da constituição e generalização dos sistemas de reforma a representação da velhice foi-se alterando e a forma de intervir na velhice também. A protecção social na velhice, quer seja ao nível das pensões por velhice, quer seja ao nível da acção social, foi evoluindo ao longo dos tempos e a velhice tornou-se uma *velhice identificada*. Essa evolução da intervenção pública em relação à velhice traduziu-se, em França, no início da década de 60, numa política específica para a velhice, preconizando uma nova representação da velhice e uma nova forma de a tratar. Sinal dessa nova percepção da velhice e dessa nova forma de a gerir é a designação – *terceira idade*.

Curiosamente, nesta mesma época, regista-se igualmente nos E.U. uma alteração na forma de perceber e tratar a velhice, surgindo uma expressão que significa o mesmo que *terceira idade*, sendo neste caso *senior citizens* (Graebner, 1980).

À expressão *terceira idade* corresponde, então, uma nova definição de velhice. Essa expressão surgiu, de acordo com Lenoir, em parte devido à procura de uma nova identidade por certos idosos. *Terceira idade* traduz, igualmente, a forma como os idosos das classes médias vivem ou habitam “... «residências –luz», que «se distraem » nos «clubes da terceira idade» ou que se instruem nas «universidades da terceira idade»” (Lenoir, 1996, p. 80). Em contrapartida, o termo *velhice* está associado à velhice das classes populares, à velhice dos hospícios, que maioritariamente não tem recursos económicos, estando-lhes também associada uma imagem de senilidade,

de degradação física e mental. Portanto, a designação *velhice* foi substituída pela de *terceira idade*, representando um corte entre a velhice dos hospícios, dependente e pobre e a velhice das classes médias assalariadas reformadas, autónoma e com recursos económicos.

A cada uma destas expressões, *velhice* e *terceira idade*, corresponde, assim, histórica e sociologicamente, uma definição e uma forma de intervir na velhice.

Diferentes alterações têm vindo a ser sentidas no âmbito da reforma, mormente em França. Guillemard (2000, 2003) tem vindo a chamar a atenção para a saída precoce da vida activa, designadamente através das reformas antecipadas ou pré-reformas. Este acontecimento de saída prematura tem provocado alterações no prolongamento do tempo da reforma, pois saindo mais cedo do mundo do trabalho, juntamente com o aumento da esperança de vida, vive-se mais tempo como reformado. Por outro lado, estas saídas antecipadas do mundo do trabalho alteram o modo ternário de organização do ciclo da vida. Isto porque as saídas antecipadas do mundo do trabalho para a situação de reforma processam-se sem uma definição em termos de idade, alterando igualmente os tempos sociais para estudar, trabalhar e usufruir de actividades de lazer. Os tempos sociais estão a modificar-se e a interligar-se, deixando de estar ordenados em três fases da vida para passarem a estar imbricados uns nos outros, mudando a organização ternária do ciclo da vida para algo mais fluído entre os diferentes tempos sociais. Esta nova possibilidade de reestruturação do ciclo de vida leva Guillemard a defender uma alteração no próprio modelo de segurança social que existe e que é baseado nessa organização ternária do ciclo de vida e num contrato de compromisso entre as gerações que, agora, com a flexibilização e interpenetração dos tempos sociais, devia ser também flexível e adaptado a estes novos tempos para estudar, trabalhar e ocupar o tempo de lazer.

No entanto, consideramos pertinente a posição de Debert (1999) face a diferentes posições e análises que focam o processo de *descronologização*, ao defender que as idades ainda são uma dimensão fundamental na organização social e que o facto de se pensar que a idade deixou de ser um elemento fundamental na definição do *status* de uma pessoa é um exagero. Esta autora argumenta que as diferentes categorias que compreendem jovens, crianças, adultos e idosos, são categorias centrais, por exemplo na produção de áreas específicas de saber e práticas profissionais, assim como na definição de formas de lazer, afirmando que:

As idades são um mecanismo poderoso e eficiente na criação de mercados de consumo, na definição de direitos e deveres e na constituição de atores políticos, sobretudo por que têm independência e neutralidade na relação com os estágios de maturidade física e mental. Tratar das idades cronológicas é reconhecer que elas são um elemento fundamental no Estado moderno, tão bem caracterizado por Michel Foucault, de estabelecer a ordem generalizando, classificando e separando categorias. (pp. 76-77)

Assim, diferentes situações de reformas e de reformados parecem poder coexistir, quer seja em diferentes países, quer num mesmo país. Não significa com isto que os reformados de hoje não sejam diferentes dos seus antepassados e que não vivam as situações de reforma e velhice de forma diferente de algumas décadas atrás. Como observou Pierre Brasseul (1981), “não se vive a reforma em 1980 como se viveu em 1960. De facto, dois modelos de velhice coexistem hoje: uma velhice activa ao lado da velhice passiva tradicional” (p. 10).

Nos países mais avançados, actualmente, a esperança de vida é mais elevada, o que se deve, entre outros aspectos, às condições económicas que têm vindo a melhorar para um número cada vez maior de idosos e aos cuidados de saúde que estão mais generalizados do que estavam algumas décadas atrás.

As idades de reforma são cada vez mais precoces, o que implica que os reformados de hoje sejam mais jovens do que os seus antepassados, embora actualmente esta situação esteja a ser alterada, pois a idade da reforma tem vindo a ser mais tardia. Estes reformados também usufruem de maiores rendimentos e de melhor acesso à cultura e à educação, o que contribui, igualmente, para se diferenciarem dos antigos idosos.

Uma outra mudança referenciada por Brasseul (1981), perceptível na forma da vivência da reforma/velhice, é o aumento da participação de reformados/idosos na vida cultural e a necessidade de se sentirem inseridos social e culturalmente, continuando activos e actualizados em diferentes áreas do conhecimento, o que, por sua vez, vai explicar o sucesso das Universidades da Terceira Idade (UTI's) e a sua elevada procura social.

A reforma contribuiu, portanto, para criar uma nova idade na vida entre a idade madura e a idade avançada. Desta forma, designou-se de *terceira idade* esta nova fase da vida, e *quarta idade* a fase de vida dos mais idosos, traduzindo uma separação entre estas. A quarta idade é objecto de mais cuidados e maior vigilância, implicando a existência de novos especialistas para o tratamento desta *grande idade*. Quanto à terceira idade, os cuidados que lhe são destinados são mais de índole cultural e do foro psicológico.

Deve-se no entanto ter em conta que a velhice nem sempre foi considerada um problema social, nem objecto de medidas de política social específicas. A classificação da velhice como categoria independente e como problema social, para além de ser uma construção social, é relativamente recente, pois a velhice, até meados do séc. XX, é uma *velhice invisível*. Diferentes factores e etapas integraram o processo de construção e instituição da representação da terceira idade como problema social. A constituição de um problema em problema social engloba a fase da construção que

envolve as “transformações que afectam a vida quotidiana dos indivíduos”, e que Lenoir (1996) também designa por *condições objectivas*. Para além destas *transformações objectivas*, é necessário todo um trabalho de legitimação e de institucionalização, sem o qual o problema não se constitui em problema social. É este processo de construção social da *terceira idade* que iremos analisar.

### **TRANSFORMAÇÕES OBJECTIVAS CONDUCENTES À CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TERCEIRA IDADE**

Abordaremos essencialmente duas transformações objectivas que conduziram à construção social da terceira idade, uma que se verificou no contexto familiar e a outra que se registou ao nível da protecção social.

#### **ALTERAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR E CONSEQUÊNCIAS NA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES**

As alterações ocorridas na organização familiar, de acordo com Lenoir (1979), são devidas, entre outras, às transformações no acesso ao património familiar e às posições sociais, que se faziam, essencialmente, através da herança. Esta forma de acesso deixou de ter essa importância passando a ser o próprio indivíduo a conquistar uma posição social, nomeadamente através de diplomas escolares e de concursos, passando a escola a desempenhar um papel importante e vindo assim a família a perder influência directa na “reprodução social” e na “posição do grupo doméstico nos mecanismos de reprodução” (Lenoir, 1979, p. 70). Estas alterações originaram, por sua vez, mudanças na solidariedade entre gerações para com os idosos, deixando as famílias de os apoiar como precisariam, passando esses cuidados a serem prestados cada vez mais por instituições.

No entanto, diferentes estudos (Pitrou, 1972; Attias-Donfut, 1995) têm vindo a evi-

denciar uma realidade diferente quanto à existência de redes de parentesco e de solidariedade entre gerações apontando para a existência de solidariedades familiares, apesar de terem constatado algumas alterações na forma como essas solidariedades eram prestadas, entre as quais quanto à frequência com que apoiavam os idosos.

Em Portugal, outros estudos (Gil, 1999; Fernandes, 1997; Pimentel, 2001; Vasconcelos, 2002; Aboim & Wall, 2002) também têm salientado a existência das redes de solidariedade e entreajuda familiares, assim como o papel que essas ajudas desempenham na vida de cada um dos seus membros. Apesar das alterações na organização familiar, e da intervenção de instituições e de pessoal especializado no cuidado dos idosos, a solidariedade e o apoio ao idoso por parte da família continuam a ser prestados, embora existam condicionalismos vividos por esta que originam alterações na forma da prestação desse apoio, como algumas investigações o demonstram. A investigação de Fernandes (1999) sobre estas relações familiares, realizada junto de estudantes universitários, refere a existência de “uma regularidade na proximidade residencial entre pais (avós) e filhos (pais)” e que uma das características detectadas na ajuda familiar é a “matrilinearidade”, concluindo que “a instituição familiar ainda é o garante da solidariedade necessária aos ascendentes em situação de velhice” (p. 168). Este aspecto da feminização das redes de solidariedade também é salientado por Pimentel, referindo a falta de disponibilidade real por parte das mulheres, o que condiciona as redes de entreajuda primárias, pois as mulheres desempenham numerosos papéis, como mãe, esposa, dona de casa, empregada. Com esta limitação por parte das mulheres e a não participação dos homens no apoio aos mais dependentes, o recurso a instituições exteriores à família é uma via quando os de mais idade deixam de ser independentes e não há condições de resposta por parte da família, ou seja, da (s) mulher(es). Contudo, verifica-se a continuação de interações ao

nível expressivo<sup>2</sup>, apesar de ao nível instrumental não haver condições de assegurar o apoio necessário ao bem-estar do idoso (Pimentel, 2001). Hespanha (1995) também mencionou a sobrecarga de trabalho que recai sobre a mulher, nomeadamente nos meios rurais, em que acumula as tarefas domésticas com o trabalho no campo e com funções de protecção, “despendendo muita energia, física e psíquica, para responder às exigências crescentes que lhe impõe a situação actual da família” (p. 216).

Esta diferenciação das relações de solidariedade familiar não se regista só em função do género, mas também em relação às diferentes classes sociais. A investigação de Vasconcelos (2002) demonstra que existem diferenças nas ajudas familiares segundo as diferentes classes sociais, embora se registre apoio familiar em todas as posições do espaço social. Segundo o referido autor, essas diferenças caracterizam-se da seguinte forma:

Constata-se que as categorias sócio-profissionais mais privilegiadas, como os empresários e dirigentes, as profissões intelectuais e científicas e as profissões técnicas de enquadramento intermédio, são alvo de maior número de dávidas, quer de ajudas quotidianas no momento presente, quer de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar. Por sua vez, as categorias globalmente mais desqualificadas – os agregados familiares de operários industriais e de assalariados agrícolas e industriais – apresentam níveis de apoio que consubstanciam quase uma situação de exclusão e isolamento. Todas as outras categorias sociais se encontram em posições intermédias face a estes dois pólos, mas que evidenciam claramente não serem situações de forte solidariedade. (p. 541)

A investigação de Gil (1999) salientou que os seus “resultados são contrários à tese da perda de solidariedades intergeracionais e do isolamento da família nuclear”, ressaltando que “existem transformações das redes sociais de suporte na velhice” (p.110). E, a concluir, afirma que:

as redes sociais estão a ser alvo de mutações demográficas e sociais, correndo-se o risco de perda de algumas práticas sociais de interajuda e, assim, o risco de reforçar na velhice situações de isolamento social, solidão e precaridade económica. (p. 111)

Estas reflexões não contradizem o que Lenoir (1979) afirmou, ou seja, que o apoio prestado ao idoso se torna cada vez mais institucionalizado e assegurado por especialistas, concorrendo também para a emergência da denominada terceira idade.

#### *A CONSTITUIÇÃO E A GENERALIZAÇÃO DAS REFORMAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA REPRESENTAÇÃO E NA FORMA DE TRATAR A VELHICE*

De uma maneira geral, a emergência de sistemas de reforma é associada à revolução industrial, principalmente devido ao aparecimento de uma nova classe: o proletariado. No entanto, como Minois (1987) evidenciou já na Europa do século VI, ter acesso a uma espécie de reforma que garantisse, quer uma vida tranquila, sem preocupações, quer a salvação eterna, era o desejo de uma classe social elevada.

No referido século, de acordo com o referido autor, diferentes factores terão concorrido para que tivesse surgido esta preocupação com a “reforma”, como o próprio contexto social, cultural, político e religioso da época. A Igreja

---

<sup>2</sup> O nível expressivo das redes de parentesco refere-se ao suporte afectivo e emocional que gera um sentimento de pertença. O nível instrumental dessas redes traduz-se, por exemplo, na realização de tarefas domésticas, apoio às crianças ou jovens e ajuda financeira (cf. Pimentel, 2001, p. 86).



desempenhava um papel agregador devido ao período de crise que a Europa atravessava. Foi um período caracterizado pela coexistência de uma diversidade de tradições e regras, mesmo ao nível jurídico, prevalecendo a lei do mais forte. Este enquadramento social não era muito favorável aos idosos. Os idosos ficavam, de certo modo, protegidos de actos mais brutais devido a superstições, a tabus e ao medo do castigo imanente. Aos velhos, vistos como alguém próximo do além, era-lhes devido um respeito supersticioso (Minois, 1987).

Neste período, os idosos que sobreviviam, tendo sido muitos deles guerreiros, ainda preferiam ir para combate do que ficar doentes ou com alterações físicas ou mentais provocadas pelo processo de envelhecimento biológico. Este autor relatou também diferentes exemplos romanos, gauleses e noruegueses em que ocorreram casos de mortes e suicídios de idosos, embora ressalvando que esses casos de morte e de suicídio foram raros “limitando-se aos períodos em que a sobrevivência do grupo fica em perigo, em circunstâncias normais os velhos têm a solidariedade familiar” (Minois, 1987, p. 195).

Por influência cristã, o costume de matar os velhos existente em certas comunidades passou a não ser prática consentida. A solidariedade familiar, implicando assistência aos idosos, era a solução mais aceitável. A par disto a Igreja também começou a colocar a questão da salvação da alma e do merecimento da vida eterna.

Os idosos das classes sociais mais elevadas conciliaram duas preocupações: viver uma reforma tranquila e serem conduzidos à vida eterna. Quanto à segunda preocupação, como referiu Minois (1987) “O velho homem rico tem um meio de assegurar a sua salvação, colocando os seus velhos dias ao abrigo do menosprezo: a reforma num mosteiro” (p. 196). Esta nova prática dos idosos se recolherem num mosteiro, de acordo com este autor, conduziu a alterações como:

... introduz um corte fundamental na vida humana e concorre também para se tomar consciência da velhice. Por outro lado, a velhice tornou-se sinónimo de cessação de actividade e ruptura com o mundo profissional: o termo «reforma» vai pouco a pouco carregando com estes diferentes sentidos. (p. 196 –197)

A ida para o mosteiro, mesmo não sendo por razões de consagração religiosa, representava um corte com o mundo, implicando um isolamento social, que muitas vezes se traduzia por uma vivência quase exclusiva entre velhos. Podemos pensar esta vivência monástica da reforma como um embrião dos asilos dos velhos, “umas vezes um refúgio, outras vezes um gueto” (Minois, 1987, p. 197). Esta situação é o prenúncio da concepção moderna de afastar os velhos da vida activa e de separá-los das gerações mais jovens. Nesta época, a imagem dos idosos é de alguém próximo da vida eterna, servindo a estadia no mosteiro como antecâmara e preparação para a salvação da sua alma.

Mas esta situação de isolamento do mundo é uma situação à qual só uma minoria privilegiada tinha acesso. Uma outra análise sobre esta situação é a de Philippe Ariès (1981-1982). Este autor referiu que no período desde as sociedades cristãs medievais até ao século XVIII a velhice não era valorizada. A vida nessa época era muito dura, exigindo muita resistência física, existindo muitas doenças que provocavam alguma incapacidade para o trabalho. Consequentemente, a vida activa não seria muito longa. Assim, os idosos a partir de certa idade deviam retirar-se do mundo, deviam usufruir de uma espécie de reforma. Mas, como o autor salientou, esta situação reportava-se às classes sociais elevadas, sendo uma imagem da burguesia, não correspondendo à situação do trabalhador e do artesão. No entanto, a imagem do velho como alguém que se retira, é a imagem que prevaleceu. Ariès exemplifica com alguns quadros, designadamente de Rembrandt, no qual o velho surge como alguém que se veste fora de

moda, que usa o seu tempo destinando-o ao estudo, à leitura.

Nos grupos sociais mais desfavorecidos não havia esta prática social de se retirarem para o mosteiro, continuando a trabalhar enquanto tivessem capacidade para tal ou até morrer. Mas nem sempre, nem todos os idosos se retiravam para o mosteiro, muitos continuavam a desempenhar o papel de chefe de família, situação que se verificava entre os idosos das classes sociais mais elevadas. Roncière (1990) descreveu a situação dos mais velhos, durante o século V, na Toscana, registando que o velho, com idade compreendida entre os 65 e os 70 anos, continuava a ser o chefe da família, muitas vezes tratava-se de uma família alargada, coabitando com uma ou mais famílias com filhos e com netos. No entanto, não se verificava uma atitude de respeito em relação ao chefe de família idoso por parte da família, concretamente por parte da mulher, nalguns casos muito mais nova, sendo, muitas vezes, humilhado e injuriado por esta. Esta situação do homem idoso diferia da situação vivida pela mulher idosa, que se caracterizava pela sua dificuldade. Muitas das mulheres idosas eram viúvas, vivendo com pouco dinheiro, podendo residir na sua habitação ou em casa de algum filho, onde nem sempre era bem-vinda. Como esclarece Roncière: “Envelhecer, para uma mulher, é ver desmembrar-se progressivamente à sua volta o privado doméstico. É, pelo menos no lar que a acolhe, sentir-se importuna, abandonada, objecto entre tantos outros, sem que uma ternura intacta acorde ecos” (p. 232).

A análise histórica desenvolvida por Minois (1987) acerca das primeiras reformas do século VI, quanto a nós, é substancialmen-

te diferente da questão das reformas que começaram a surgir noutra contexto histórico diferente e distante, em termos temporais, no século XIX, com a Revolução Industrial. A partir do século XIX é que se inicia o acesso à reforma para alguns grupos de operários, não tendo o sentido de retirada para um mosteiro mas a cobertura de uma eventualidade social: a velhice.

A reforma emergiu como uma questão social quando surgiram os primeiros operários idosos que viviam no meio urbano, muitos deles oriundos dos meios rurais, sem apoio da família, sem recursos familiares e patrimoniais e que subsistiam graças ao seu trabalho (Lenoir, 1979).

A revolução industrial fez surgir uma nova classe social: o proletariado. As condições de vida destes trabalhadores eram precárias devido a vários factores: baixos salários, demasiadas horas de serviço diário, péssimas condições de trabalho e de habitabilidade. Tudo isto era agravado pela falta de recursos para sobreviver se deixassem de trabalhar, como poderia acontecer em caso de doença, de acidente de trabalho ou de velhice, sendo o único meio de sobrevivência desta “nova” classe a sua força de trabalho.

Os trabalhadores idosos sem o suporte familiar, sem património e sem condições para continuar a trabalhar para prover o seu sustento, só tinham como recurso o apoio prestado por instituições de caridade. A velhice operária foi categorizada como fazendo parte do grande grupo dos excluídos sociais, no qual se integravam os desempregados, pobres e mendigos, tendo todos o estatuto social de indigente<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> O estatuto de indigente era estigmatizante, tendo consequências graves, pois era visto como ameaça da harmonia do sistema vigente. O indigente era muitas vezes “rotulado de imprevidente ou preguiçoso quando não de vadio ou criminoso”. Em troca de uma protecção paliativa era internado em instituições como os asilos que tratam dos excluídos sociais, perdendo direitos políticos, a sua reputação e liberdade pessoal. Ao indigente era imputada a sua situação. A situação de pobreza era atribuída ao indivíduo e não imputável a causas como o desemprego, doença, entre outras (cf. Maia, 1979, p. 29- 30). vgrado@udc.es

Como não existia uma política específica para a velhice, esta era classificada na esfera da indigência e era tratada no âmbito da política da pobreza. Martin-Fugier (1990) descreveu como só excepcionalmente os operários tinham acesso a reformas, acontecendo apenas pontualmente no caso dos que trabalhavam nas manufacturas do Estado, nas companhias de caminho-de-ferro, ou nalguns grandes estabelecimentos industriais. Os camponeses, pelo seu lado, não tinham qualquer protecção social, dependendo unicamente das relações de entreajudas familiares.

Entretanto, até ao final do séc. XIX, na Europa, não existia protecção social pública e só em 1883, na Alemanha, com Bismarck, se introduziram os seguros sociais obrigatórios. A velhice era vista como um assunto do foro privado se houvesse condições de apoio familiar e capacidade económica para com o idoso, ou era considerada indigente caso este deixasse de ter forças para trabalhar. Em França, os únicos a usufruírem de uma pensão de velhice, a partir de 1853, eram os seguintes funcionários: militares, os empregados da administração e os universitários, desde que tivessem mais de 65 anos de idade ou 30 anos de serviço. No entanto, de acordo com o mesmo autor, os burgueses que exerciam actividades liberais também tinham oportunidade de usufruir de uma reforma desde que fosse à sua custa. Esta possibilidade de viver um período de reforma, por parte dos burgueses, era também devida ao facto de esperança de vida ser maior para esta classe social.

A velhice não era perspectivada sob a forma de um conjunto homogéneo com características “próprias”, não tinha visibilidade pública e não foi classificada numa categoria específica. Em consequência, por estes motivos, Guillemard (1980) denominou-a de *velhice invisível*, como já referimos anteriormente. Esta situação de invisibilidade da velhice em França, registou-se durante o séc. XIX e meados do séc. XX.

A ambiguidade entre ser considerada uma doença, ou mendicidade, traduz a dificuldade em classificar a velhice no séc. XIX. A velhice não era uma doença nem se confundia completamente com a mendicidade, porque nem todos os idosos pobres eram mendigos. Consequentemente, existiam indefinições acerca das instituições que deviam receber os idosos operários. Assim, ou eram os Hospitais que cuidavam deles, ou eram os Hospícios.

Os processos sociais que conduziram ao aparecimento da reforma como um direito social, nalguns países, como França, não foram só resultado de uma evolução de lutas levadas a cabo pelos trabalhadores face à exploração de que eram objecto, nem resultou unicamente da vontade do patronato, principalmente das grandes empresas. Foi um processo complexo, em que “o direito social à reforma aparece menos nascido só da conquista operária do que de um movimento complexo de vaivém entre aspirações e reivindicações operárias e os novos imperativos de gestão ligados ao nascimento da grande indústria” (Guillemard, 1986, p. 45). Ainda esta autora, ao referir-se aos interesses das grandes empresas nas reformas, aponta para as mudanças que se vão operando no seu interior, na complexidade cada vez mais crescente da sua gestão, não só ao nível da produção mas ao nível da racionalização da organização do trabalho, na qual as reformas poderão ser estratégias para a circulação de mão-de-obra, dada a pouca importância conferida ao desempenho dos trabalhadores idosos numa empresa progressivamente mais racional, tendo igualmente referido um outro factor importante no processo de constituição das reformas, ao nível da legislação, em França. Concretamente, chamou a atenção para o conflito político entre os conservadores e os aristocratas aliados aos socialistas, por um lado, e a burguesia industrial, pelo outro, estando em causa a exploração dos trabalhadores e as dificuldades vividas por estes, salientando que se deu uma passagem de uma segurança baseada na propriedade (a qual a pequena burguesia tradicional defendia e daí a sua oposição às refor-

mas), para uma segurança baseada no trabalho e não na propriedade.

A reforma, até ser generalizada a todos os cidadãos e ser considerada um direito social, teve um percurso em que convergiram e divergiram vários interesses, agentes e factores, e que diferiu de país para país, apesar de algumas semelhanças. Em termos temporais foi um processo demorado, considerando que só a partir da segunda metade do século XX se começou a concretizar a extensão desse direito a todos os cidadãos.

Sintetizando, a velhice nem sempre foi percebida e tratada da mesma forma. Diferentes transformações objectivas deram origem à emergência da terceira idade e a outras formas de representar e de tratar a velhice. Este processo de construção social, que abrangeu um período longo da história, desde o século XIX, altura em que surgiu o proletariado e com o qual se colocou a questão social da reforma, até à generalização dos sistemas de reforma, na segunda metade do século XX, permite-nos compreender como a velhice passou de uma situação de *velhice invisível* para uma *velhice identificada* e como emergiram novas instituições, serviços e bens. O surgimento de uma nova imagem e forma de tratar da velhice, preconizada pelo Estado, criou condições, entre outros aspectos, para o aparecimento de novas instituições, como as Universidades da Terceira Idade.

## REFERÊNCIAS

Aboim, S. & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interações, valores, contextos. *Análise Social*, 163, 475-506.

Ariés, P. (1981-1982). Une histoire de la vieillesse? Entretien avec Phillippe Ariés. *Communications*, 37, 47-56.

Attias-Donfut, C. (Ed.).(1995). *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*. Paris: Nathan.

Brasseul, P. (1981). En guise de Préface. Pourquoi apprendre quand on a cessé de vivre?. In P. Carré, *Retraite et Formation*. (1.<sup>a</sup> ed., pp. 9-14). Toulouse: Editions Erès.

Debert, G. (1999). Velhice e o Curso da Vida Pós-Moderna. *Revista USP*, 42, 70-83.

Fernandes, A. (1997). *Velhice e Sociedade. Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Gil, A. (1999). Redes de Solidariedade Intergeracionais na Velhice. *Cadernos de Política Social*, 1, 92-114.

Graebner, W. (1980). *A History of Retirement: The Meaning and Function of an American Institution (1885-1978)*. New Haven: Yale University Press.

Guillemard, A. (1980). *La Vieillesse et l'État*. Paris: Presses Universitaires de France.

Guillemard, A. (1986). *Le déclin du social*. Paris: Presses Universitaires de France.

Guillemard, A. (2000). Incertitudes et perspectives de la fin de carrière. In D. Taddei (Org.), *Retraites choisies et progressives*. (1.<sup>a</sup> ed., pp.129-142). Paris: Documentation Française. Conseil d'Analyse Économique.

Guillemard, A. (2003). *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*. Paris: Armand Colin.

Lenoir, R. (1979). L'invention du troisième âge. Constitution du champ des agents de gestion de la vieillesse. *Actes de la Rechercheen Sciences Sociales*, 26-27, 57-82.

Lenoir, R. (1996). Objet sociologique et problème social. In P. Champanhe, R. Lenoir, D. Merllié & L. Pinto (Eds.), *Initiation à la Pratique Sociologique*. (2.<sup>a</sup> ed., pp.51-100). Paris: Dunod.

- Maia, F. (1979). *Segurança Social. Perspectivas de Evolução de Esquemas Parcelares de Protecção Social para o Sistema Unificado de Segurança Social. Processo de Transição em Portugal. Conferência apresentada no Programa de Formação de Pessoal da Caixa da Indústria de Lisboa.* Lisboa.
- Martin-Fugier, A. (1990). Os ritos da vida privada. In Philippe Ariès & George Duby (Direc.), *História da Vida Privada. Vol. 4 Da revolução à Grande Guerra.* (1.ª ed., pp. 192-261). Porto: Edições Afrontamento.
- Minois, G. (1987). *Histoire de la Vieillesse. De l'Antiquité à la Renaissance.* Paris: Fayard.
- Nunes, A. (1981). *Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais. Materiais para uma experiência pedagógica.* Lisboa: Editorial Presença.
- Pimentel, L. (2001). *O lugar do idoso na família: contextos e trajectórias.* Coimbra: Quarteto.
- Pitrou, A. (1972). *La famille dans la vie de tous les jours.* Toulouse: Edouard Privat, Editeur.
- Roncière, C. (1990). A vida privada dos notáveis toscanos no limiar do Renascimento. In Philippe Ariès & George Duby (Direc.), *História da Vida Privada. Vol. 2 Da Europa Feudal ao Renascimento.* (1.ª ed., pp. 163-309). Porto: Edições Afrontamento.
- Rouche, M. (1990). Alta Idade Média Ocidental. In Philippe Ariès & George Duby (Direc.), *História da Vida Privada. Vol. 1 Do Império Romano ao ano mil.* (2.ª ed., pp. 399-529). Porto: Edições Afrontamento.
- Vasconcelos, P. (2002). Redes de apoio familiar e desigualdades familiares: estratégias de classe. *Análise Social*, 163, 507-544.
- Veloso, E. (2007). Contributos para a análise da emergência das Universidades da Terceira Idade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41-2, 233-258.